

A INSERÇÃO DA MODALIDADE À DISTÂNCIA NOS CURSOS PRESENCIAIS: UM ESTUDO À LUZ DA PORTARIA MEC Nº 1134/2016

INSERTING THE DISTANCE MODE IN PRESENT COURSES: A STUDY IN THE LIGHT OF ORDINANCE MEC N. 1134/2016

- **Natércia de Andrade Lopes Neta** (UNCISAL – tercinhalopes@hotmail.com)
- **Joceline Costa de Almeida** (UNCISAL – jocelinecostaa@yahoo.com.br)

Resumo:

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) conectam as formas clássicas de ensino ao mundo dos alunos em que a inovação tecnológica se faz presente cotidianamente. Com a possibilidade de inserção do ensino híbrido, as instituições educacionais precisam adaptar o ensino formal com o digital e neste processo surge a necessidade de desenvolver novas competências nos professores para conciliar esta atual demanda. Este artigo tem como objetivo apresentar como uma Instituição de Ensino Superior (IES) está se organizando para implantar a modalidade a distância nos cursos presenciais conforme recomenda a Portaria MEC Nº 1134/2016. Através das capacitações ofertadas pela IES e a experiência profissional em cursos que utilizam as tecnologias digitais de informação e comunicação, percebemos que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle revela-se como um gênero digital que pode facilitar a interação, favorecer a aprendizagem colaborativa, diminuir a distância transacional, e favorecer a avaliação formativa para os alunos dos cursos presenciais. Contudo, um desafio que se apresenta e que abordaremos é a sensibilização de toda comunidade acadêmica para aderir às formações.

Palavras-chave: Ensino superior. Legislação. Ensino a distância. Curso presencial.

Abstract:

The Digital Information and Communication Technologies (TDIC) connect classic forms of teaching to the world of students in which technological innovation is present every day. With the possibility of insertion of hybrid education, educational institutions need to adapt formal and digital education and in this process the need to develop new skills in teachers to reconcile this current demand. This article aims to present how a Higher Education Institution (IES) is organizing to implement distance learning in face-to-face courses as recommended by MEC Ordinance n. 1134/2016. Through the capacities offered by IES and professional experience in courses that use digital information and communication technologies, we realize that the Virtual Learning Environment (AVA) Moodle reveals itself as a digital genre that can facilitate interaction, favor collaborative learning, decrease the transactional distance, and favor the formative evaluation for the students of the classroom courses. However, one challenge that we will address is the awareness of every academic community to join the formations.

Keywords: Higher education. Legislation. Distance learning. Classroom course.

1. Introdução

Sabemos que a modalidade de Educação a Distância (EAD) possibilitou a flexibilidade de tempo e lugar e, também, um trabalho através das redes colaborativas de aprendizagem. Vieira (2002) considera que, as redes de aprendizagem são um sistema aberto dinâmico, flexível, no qual os integrantes do grupo podem interagir para atingir um objetivo comum: a construção do conhecimento.

Acreditamos que dentro desta perspectiva, o Ministério da Educação publicou a Portaria Nº 4059/2004, que permitia a introdução na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizassem a modalidade semipresencial. Em 2016, esta Portaria foi revogada e foi dado lugar a Portaria Nº 1134 que alterava o termo “semipresencial” para “a distância”, porém mantinha a obrigatoriedade das avaliações serem feitas presencialmente e que as disciplinas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Para trabalhar na modalidade a distância, os professores precisam adquirir novas competências, conhecer as ferramentas, ter habilidade no seu manuseio, uma linguagem que considere a transformação de uma simples frase num registro oficial, e abertura para as mudanças desta nova forma de ensinar.

O objetivo deste artigo é apresentar como uma Instituição de Ensino Superior está implantando em seus Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) a efetivação desta Portaria, e como os professores estão sendo formados para lidar com essa nova realidade.

2. Uma breve incursão ao ensino a distância

Em 1969, na Inglaterra, houve a abertura da *British Open University*, um marco importante na evolução da EAD, pois sua proposta vislumbrava inovações nos instrumentos de comunicação entre docentes e discentes, assim como a recepção e envio dos materiais educativos, tornando-se pioneira na modalidade de ensino superior a distância.

Nunes (1992) afirma que, nas décadas de 1930 a 1970, foram várias as iniciativas de formação via EAD, dentre elas podemos citar: uma forma de atingir uma grande massa de analfabetos (1930) e preparar o profissional para o exercício de trabalhos essenciais à modernização administrativa. Surge o Instituto Rádio Técnico Monitor em 1939 e o Instituto Universal Brasileiro em 1941.

Nas décadas de 1960 e 1970, com o surgimento da televisão, a EAD incorporou essa tecnologia para programas formativos tais como o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI) que, dentro de uma perspectiva de uso de satélites, chegou a atender 16.000 discentes entre os anos de 1973 e 1974. Em 1978, foi criado o Telecurso 2º grau, através de uma parceria da Fundação Padre Anchieta e da Fundação Roberto Marinho. Seu foco era a preparação de discentes para exames supletivos de 2º grau. E, em 1979, criou-se a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCTVE), utilizando programas de televisão no projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A LDB nº 4.024, de 20/12/1961 e a lei nº 5.692, de 15/08/1971 abriram uma porta estreita a EAD, o artigo 104 veio permitir a organização de cursos ou escolas experimentais, as quais dependiam de autorização caso a caso dos Conselhos Estaduais de Educação, sempre que se tratava de algum curso em nível de 1º Grau e 2º Grau, e do Conselho Federal de Educação, nos cursos em nível superior.

No Brasil a EAD configurou-se nos parâmetros legais como metodologia com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, que passou a nortear a temática nos artigos 32, 47, 80 e 81, posteriormente regulamentados por meio de Pareceres, Leis, Portarias e Resoluções.

No próximo item trataremos de breves apontamentos sobre esta modalidade de ensino e a relação professor e aluno mediada pelas tecnologias.

3. Avanços e desafios trazidos com o ensino a distância

O ensino a distância possibilita a aprendizagem cooperativa. As plataformas virtuais ou Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) possuem recursos de interação e socialização de conhecimentos que, conforme apontam Pozzebon, Diniz e Reinhard (2011) reduzem custos aos alunos, uma vez que não há o traslado para o polo presencial diariamente, e reduz gastos com alimentação e possíveis estadias.

Outros pontos positivos levantados no ensino a distância mediados por plataformas *onlines* são o surgimento de comunidades virtuais em que os alunos trocam informações para resolver listas de exercícios, a flexibilidade de tempo e horários para estudo dos alunos, e a geração de indicadores de participação dos alunos que facilitam a análise do aprendizado pelos professores.

Romão e Nunes (2013) com o objetivo de mostrar o que importa para se ter êxito nas comunicações online percebeu que a tecnologia em si não possui efeito se não for bem utilizada e para isso os professores devem ter domínio de suas ferramentas e compreender que o que não se tem no ensino a distância deve se dar através dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) sem o conhecimento teórico-crítico em nada favorece o processo educativo. O despreparo do professor e o descaso com o ensino pode favorecer a evasão.

A EAD não pode ser vista como a panaceia para a distribuição de diplomas, nem como refúgio para professor descomprometido, é uma modalidade que requer atenção e muito estudo, muito empenho e desenvolvimento de competências específicas por parte dos docentes e discentes para lidar com o novo.

Apesar de Romão e Nunes (2013), afirmarem que a EAD nunca chegará a ser igual a educação presencial, pois tem coisas que só podem ser ensinadas frente-a-frente com os alunos, convém ressaltar que recursos, tais como, chat, fórum, wiki e blog, facilitam o entrosamento entre professor-aluno e aluno-aluno. Estar conectado é necessário, mas não suficiente, os desafios da EAD encontram-se, principalmente, na ausência de políticas públicas voltadas para a inserção da população menos favorecida às TIC, dificulta esta modalidade a ter maiores alcances.

A administração dos recursos dos gêneros digitais também pode levar a desistências quando não há *feedback*. O *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*

(Moodle), é o ambiente virtual mais utilizado para viabilizar a educação à distância, por ser livre e aberto, e possibilitar com suas ferramentas o *feedback* e a comunicação síncrona. O armazenamento e transmissão de dados a custos acessíveis facilita a propagação da interatividade que é um fenômeno da Sociedade da Informação.

Na EAD, o papel do professor e do aluno se amplia. O professor deve promover a autonomia do aluno, a participação, a interação entre os pares, e ser um bom mediador. O aluno deve se desapegar do modelo presencial e buscar mais atitude, trabalhar com o outro, ser colaborador e cooperador. Os princípios de interação social do AVA estão presentes no momento que o aluno participa da construção do seu conhecimento com a ajuda do outro, na medida em que cresce com a mediação do professor, com o *feedback*.

A transformação do conhecimento potencial em real deve ser vista em cada atividade concluída, contanto que haja a participação de professores e alunos que mirem este crescimento.

4. Uma discussão acerca do ensino a distância dentro dos cursos presenciais

A discussão sobre os ensinamentos presencial e a distância, e o híbrido, permeiam a legislação educacional brasileira desde 2001, com a publicação da Portaria MEC Nº 2.253, de 2001, pois acende que a educação a distância é uma modalidade e, não, um método. Essa discussão remonta a 1996, quando a LDB, nos art. 80 e seguintes, usou o termo “modalidade” para referir-se ao ensino a distância.

Em 2004, é publicada a portaria Nº 4.059 que adotou o termo modalidade semipresencial, criando nova perspectiva e afastando-se do debate sobre a necessidade de credenciamento dos cursos porque não utilizava o termo “a distância”.

A modalidade semipresencial configura-se a partir do momento em que se define que 80% da carga horária será cumprida de modo presencial, em que discentes e docentes estão reunidos em ambiente comum, e os demais 20% fora do ambiente institucional, com discentes e docentes em espaços distintos e não necessariamente conectados ao mesmo tempo.

Essa Portaria criava a possibilidade de incluir 20% de educação a distância em cursos presenciais sem exigir credenciamento, e sem fazer referência explícita ao termo “educação a distância”, o Ministério da Educação autorizava que instituições que possuísem cursos reconhecidos poderiam oferecer, no todo ou em parte, disciplinas que “utilizassem método não presencial”.

O Decreto Nº 5.622, de 19/12/2005, regulamentou o Art. 80 da LDB, definindo a Política Oficial de Educação a Distância no País, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo este Decreto, a educação a distância se caracteriza como modalidade educacional à medida que há a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem através da utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) com estudantes e professores, e através do desenvolvimento de atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Em 2016, a Portaria MEC Nº 1.134 revogou a Portaria Nº 2.253/2004 e aplicou o termo “modalidade à distância” para se referir aos momentos não presenciais.

No caso específico da adoção de 20% da carga horária total de um curso ou de uma disciplina na modalidade “a distância” significa, obviamente, que possuirá características

específicas, tais como, o emprego de tecnologia de educação a distância, em que a ação educativa poderá se dar em tempos diferentes, onde os espaços físicos são distintos, mas há sincronicidade e maior autonomia do estudante.

Pela experiência profissional, encontramos Instituições de Ensino Superior que utilizam os 20% a distância em toda carga horária da disciplina, outras distribuem os 20% para cada disciplina dos cursos. Assim, neste artigo apresentaremos a estruturação de uma Instituição de Ensino Superior diante desta Legislação.

5. A implantação e implementação da modalidade à distância nos cursos presenciais de uma instituição de Ensino Superior

A Instituição pesquisada está localizada em Maceió, Alagoas, possui 50 anos de sua fundação e hoje conta com cinco cursos presenciais de bacharelado em Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina e Terapia Ocupacional, e quatro cursos presenciais tecnológicos em Radiologia, Segurança no Trabalho, Sistemas para Internet e Tecnologia em Alimentos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) assegura que “os cursos presenciais de graduação, já reconhecidos, ofertados pela IES terão a oportunidade de implantar até 20% (vinte por cento) do total de sua carga horária na modalidade EAD” (ALAGOAS, p. 29). A educação a distância é vista como uma possibilidade de superar modelos pedagógicos e curriculares tradicionais com vista a incentivar a autonomia do aluno, respeitando seu ritmo de aprendizagem, delegando ao estudante maior responsabilidade por sua aprendizagem, e propiciando novas formas de aquisição do conhecimento (ROMÃO; NUNES, 2013).

Dentro de seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a Instituição entende que para a eficácia da introdução do modelo a distância nos cursos presenciais, faz-se necessária a capacitação inicial e continuada do corpo técnico administrativo e docente, com o objetivo de proporcionar condições teórico-metodológicas suficientes para o desenvolvimento dessas atividades pedagógicas. E uma das metas dentro da produção de materiais pedagógicos é a ativação das disciplinas presenciais no AVA Moodle com material didático online para assegurar o cumprimento dos 20% da carga horária a distância dispostos no PDI.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Fisioterapia e Medicina, já preveem o desenvolvimento de aulas predominantemente presenciais, mas podendo ter até 20% de sua carga horária de forma não-presencial através do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), e com o apoio do Núcleo de Educação a Distância da instituição. Os demais cursos estão passando pelo processo de atualização dos PPCs para adequação às mudanças da legislação.

Para que essa política de implantação da modalidade a distância nos cursos presenciais em 20% de sua carga horária tenha eficácia, a Instituição vem desenvolvendo capacitações com toda comunidade acadêmica para adquirirem habilidades na plataforma Moodle. A tabela 1 apresenta a evolução desta ação dentro da Universidade, para que a qualidade de ensino seja garantida em qualquer circunstância.

Tabela 1. Capacitação dos profissionais para uso da plataforma Moodle

PROFISSIONAIS CAPACITADOS (2016-2017)			META DE CAPACITAÇÃO (2018)		
Docentes	Discentes	Técnicos	Docentes	Discentes	Técnicos
39	43	21	120	100	20

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores.

Considerando a população acadêmica da instituição, ao final de 2018, pretende-se alcançar a formação de 50% dos docentes que trabalham nos cursos presenciais e que servirão também como multiplicadores desses conhecimentos perante os alunos e técnicos.

O processo de aquisição dessas habilidades permite que o aluno possa caminhar ao lado do professor e atuar dentro dos ambientes virtuais como um facilitador nos debates. As capacitações visam o conhecimento de toda estrutura do ambiente virtual. Sabemos da importância destas ações e de uma nova roupagem que a educação a distância vem dando às instituições valorizando o domínio dos conhecimentos pedagógicos digitais.

Para o sucesso da implantação de um ensino híbrido, é necessário que as concepções epistemológicas que os professores adotam passem por discussões e consolidações. As competências desenvolvidas e habilidades mobilizadas para o processo de ensino e de aprendizagem se inovam e precisam da união de todos que fazem a instituição para que exista eficácia no remodelamento das metodologias.

Um dos desafios contemporâneos nas IES é ensinar e avaliar contextualmente. Para Lôrdelo, Rosa e Santana (2010), o processo de análise da aprendizagem é visto como um momento ímpar de acompanhamento acadêmico, desde o diagnóstico pelo professor até a possibilidade de contextualização dos conteúdos pelo aluno. As tecnologias digitais favorecem o trabalho com várias formas de acompanhar a evolução dos alunos e diminuir a distância transacional entre eles, tais como, *chats*, *blogs*, fóruns e a tarefa colaborativa do *wiki*.

De nada adianta as instituições de ensino superior (IES) estarem atualizadas em seus documentos com novas formas de ensinar, se na prática isso não acontece. A capacidade intelectual do estudante e sua autonomia devem ser consideradas no momento do planejamento institucional, de modo especial quando nos referimos a uma incursão ao ensino híbrido, e toda a comunidade acadêmica precisa andar em consonância com as mudanças propostas.

6. Considerações Finais

Os modelos pedagógicos precisam inovar, utilizando-se da convergência dos diferentes recursos disponíveis para o presencial, o semipresencial e a Educação a Distância, com o foco no ensino de melhor qualidade, viabilidade a curto prazo e sustentabilidade a longo prazo.

A educação a distância desenvolveu-se a partir da evolução da tecnologia, da qual apareceu novas oportunidade na educação. Desde que germinou na forma de correspondência até os contemporâneos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), tem colaborado para a formação e qualificação dos indivíduos. A considerável vantagem seria

permitir que o aluno conseguisse assistir as aulas a qualquer hora, podendo montar sua rotina, preenchendo seus espaços livres na sua agenda, e a presença em aulas sendo contabilizadas através de atividades e trabalhos.

Com a introdução dos 20% das aulas a distância nos cursos presenciais, percebemos a importância e a expansão da modalidade à distância com uma nova forma de ensinar e de aprender que requer interatividade e colaboração.

Adentrar neste mundo de conexão exige de professores e alunos uma postura de abertura ao novo e de formação intensiva para adquirir habilidade com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e o amadurecimento de novas competências para substituir o tête-à-tête.

Entendemos que, alternar as modalidades é importante, mas não é suficiente. Um desafio que a Portaria MEC Nº 1134/2016 impõe é a mudança de paradigmas. É estarmos atentos à aprendizagem como processo em que o professor deve detectar a evolução dos alunos de forma antecipada como diagnóstico e toda comunidade acadêmica abraçar as inovações visando a melhoria da qualidade da educação.

7. Referências bibliográficas

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 1961.

_____. _____. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 ago. 1971.

_____. _____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Dispõe sobre a introdução nas instituições de ensino superior a oferta de disciplinas que utilizem método não presencial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 out. 2001.

_____. _____. Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Aprova a introdução de carga horária semipresencial nos cursos presenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 dez. 2004.

_____. Casa Civil. Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 dez. 2005.

_____. Ministério da Educação. Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 out. 2016.

LÔRDELO, J. A. C.; ROSA, D. L.; SANTANA, L. A. Avaliação processual da aprendizagem e regulação pedagógica no Brasil: implicações no cotidiano Docente. **Revista FACED**, n. 17, p. 13-33, 2001.

NUNES, I. B. Educação a Distância e o Mundo do Trabalho. Revista Tecnologia Educacional, n. 107, p. 73-78, jul./ago., 1992. In: LOBO NETO, Francisco José da Silveira (org.). **Educação a Distância: referências e trajetórias**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano, 2001.

POZZEBON, M.; DINIZ E.; REINHARD, N. Creating a Brazilian school in international information systems research: opportunities and challenges. **RAE - revista de administração de empresas**, v. 51, n. 1, Janeiro 2011.

ROMÃO, E. S.; NUNES, C. A. Ensinar e aprender a distância: que mais importa? In: **EDaPECI**. v. 13, n. 2, São Cristóvão: UFS, Agosto 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS. Plano de Desenvolvimento Institucional. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Fisioterapia. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Fonoaudiologia. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Medicina. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Radiologia. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Segurança no Trabalho. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Sistemas para Internet. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Alimentos. Alagoas: UNCISAL, 2015.

_____. Projeto Político Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional. Alagoas: UNCISAL, 2015.

VIEIRA, A. T. Construindo uma nova escola. In: VIEIRA et al. **Formação de gestores escolares para a utilização de tecnologias de informação e comunicação**. São Paulo, SP: Takano Editora e Gráfica, 2002.